

A Forma, a Fôrma e o Multiforme: juventude e trabalho no setor informal urbano

Lauro Cesar Ibanhes¹

Esta breve reflexão surgiu a partir da instigante proposta da Comissão Editorial em tratarmos de Juventude(s) e Vulnerabilidade(s) em relação a temáticas específicas. Adiante, neste caso, uma leitura das experiências de sujeitos trabalhando no setor informal na cidade de São Paulo. Uma primeira analogia é a necessidade de uma qualidade, uma disposição e um dispositivo intelectual para tratar da formulação Juventude(s) e Vulnerabilidade(s), no plural. Para exercitar análises combinatórias e exponenciação, começemos pela letra 'S', singular na escrita, plural na fala. Até aqui, a idéia de pautar a conversa nos termos da informalidade vem vindo bem. Também ela pressupõe, permite e/ou exige a coexistência de aspectos diferentes num mesmo fenômeno, em dadas condições, espaciais ou temporais, por exemplo, assim como a existência dos mesmos aspectos e do mesmo fenômeno em condições ou situações diferentes, como é o caso de 'juventude' e/ou 'vulnerabilidade', unas e diversas, juntas ou separadas.

Como se sabe, existem diversas maneiras de conceituar 'juventude', ainda mais numa época em que a apologia do 'novo' é estratégia central do poder de buscar apagar a história e a memória de tudo e de todos, inclusive (principalmente?) a nossa de nós mesmos². É um mundo disforme, configurado num bombardeio – uma vez que sem falar em violência não se diz nada sobre ele – que promete 'juventude eterna', que insiste que 'a juventude está dentro da cabeça', 'é um estado de espírito', ao mesmo tempo em que exige nada menos do que um perfeito 'estado de corpo', 'fotoshopeamente' desenhado, 'sarado', com o perdão do trocadilho. Aliás, com esse arsenal de imagens procura impor ao setor Saúde não só o desvirtuamento de sua/nossa função precípua, mas exigências crescentes em 'bombarmos' nosso *approach* a qualquer custo, literalmente. Um estado amorfo, viscoso, que quer a vida num eterno presente, rumo à imortalidade. O que se (com)funde aí são as visões, perspectivas – ou a falta delas – e os valores inerentes à uma determinada fase do desenvolvimento humano com a promessa de um interminável vir a ser, a chamada 'adulescência' espichada no tempespaço, quase congelada, pois que movida à velocidade da luz.

Vale ressaltar aqui a inversão do princípio, absolutamente espantoso, estabelecido há mais de 30 anos por Edgar Morin, com a idéia de "juvenilização cerebralizan-

te e cerebralização juvenilizante" (MORIN, 2000). O que o autor disse é que a interpenetração das características juvenis – jogos, afetos, plasticidade – no adulto aumenta a complexidade e o desenvolvimento do Homem, assim como o contrário foi decisivo para uma reorganização sistêmica do cérebro humano e do córtex cerebral, o aumento do número de neurônios e o progressivo aumento de aptidões e competências gerais e poliadaptativas traduzidas pela noção de cultura no homo sapiens. Nada a ver, portanto, com a inversão operada – infelizmente também ela assombrosa – que opera uma espécie de 'infantiloidização/descerebralizante' e uma 'descebralização/infantiloidizante', por assim dizer.

Entrando no campo das Políticas Sociais, o nomeamento se dá pelas faixas etárias, tendo em vista os objetivos e pressupostos dos setores e áreas que tratam o tema, como a Demografia, Assistência Social, Direito, Saúde, Educação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, População em Idade Ativa é aquela de 10 anos ou mais de idade. Na Lei 8069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo 2º vê-se que criança é a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e adolescentes, a pessoa de 12 a 18 anos de idade. Já o jovem é usualmente considerado o indivíduo de idade entre 18 a 24 anos. Algumas agências do sistema Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), agrupam pessoas de 15 a 30 anos nesta categoria.

Em nosso caso, na pesquisa original sobre informalidade no mundo do trabalho, a fase de campo ocorreu na zona norte paulistana, entre os anos de 1996 a 1998; contou com muita observação, anotações, formulários e entrevistas, além de altas doses de "imaginação metodológica" de onde resultaram os quadros abaixo, meramente descritivos (IBANHES, 1999). Desde então, os resultados foram apresentados e discutidos em função de um ou mais eixos que perpassavam e sustentaram a pesquisa: trajetória pessoal e profissional; fluxos, rotinas e contatos; inserção, permanência e duração do/no grupo; normas, comunicação, conflitos e mecanismos

¹Psicólogo, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e Pesquisador Científico do Núcleo de Serviços e Sistemas de Saúde do Instituto de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e Professor do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da UNESP/Campus de Assis. Contato: lcbanhesh@yahoo.com.br

²É importante lembrar que 'não se deve confundir antigo com velho, nem alardeado com novo'.

da estrutura e funcionamento; percepção do ambiente físico e da organização do trabalho; controle, riscos e significados do trabalho. Na ocasião, os dados foram categorizados a partir de amostra disponível e feita 'uma distribuição por grupos de idade' assim constituída: de 18 a 24 anos; de 25 a 30 anos, de 31 a 40 anos; de 41 a 50 anos e de 51 anos ou mais.

Quadro 1 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes por faixa etária

Grupos de idade:	%
De 18 a 24 anos	22,2%
De 25 a 30 anos	26,0%
De 31 a 40 anos	13,0%
De 41 a 50 anos	24,0%
51 anos ou mais	14,8%
Total	100%

Fonte: Santana, 1997

Se agruparmos as duas primeiras linhas, até 30 anos, temos um total de 48,2%, um valor alto. Isto provavelmente indica que grande parcela de pessoas adentra o mercado de trabalho por meio do próprio setor informal, maior, inclusive, do que a idade considerada madura da população economicamente ativa, de 31 a 50 anos.

Quadro 2 – Declaração de ocupação anteriormente exercida por vendedores ambulantes

Setor e função ou cargo:	8 a 24 anos	25 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 50 anos
Diversos/ serviços gerais	7 %	30 %	29 %	38 %	13 %
Fábrica/ ajudante	2 %	15 %	29 %	8 %	25 %
Construção/ pedreiro/obras	2 %	8 %	-	8 %	25 %
Comércio/ balconista	2 %	15 %	14 %	-	-
Comércio/ gerente	-	-	-	15 %	12 %
Administrativo/ nível superior	-	6 %	-	8 %	-
Proprietário/ negociante	-	-	14 %	15 %	25 %
Nenhuma/não trabalhava	9 %	21 %	14 %	-	-
Não definida	-	7 %	-	8 %	-
Total	22 %	26 %	13 %	24 %	15 %

Fonte: Santana, 1997

Quanto à ocupação anteriormente exercida e tendo-se como critério a trajetória profissional, ou a ocupação exercida na maior parte da vida profissional ou, ainda, a função ou cargo máximo atingido, vemos que, apesar de uma aparente heterogeneidade, há interessantes aspectos. Por volta de 37% da faixa 18 a 30 anos é

composta pelo grupo 'diversos', isto é, uma gama de ocupações e ramos de atividades dispersas, que se caracteriza exatamente pela impossibilidade de seguir carreira ou de especialidades técnicas – ajudante de cozinha, estoquista, entregador – sempre exercidas de maneira irregular e extemporânea. Somados a outros sujeitos que não relataram nenhuma referência básica anterior ou que declararam trabalhar, mas sem definir uma ocupação ou função, na base do: "um pouco de tudo... fazia bico... o que aparecia", sem emissão de resposta conclusiva, e então chegamos à metade deles.

Parte dos sujeitos, perguntados sobre o que faziam antes de serem ambulantes, responderam sem titubear: "nada... não fazia nada", ou: "eu era camelô, mesmo", ou seja, parecia haver já então uma 'segunda geração de vendedores' na faixa de 18 a 24 anos e alguns também entre 25 a 30, que entraram no mercado de trabalho nessa condição. Pelo que se checou, a inserção se dá por intermédio de parentes ou conhecidos, donos de barracas, sendo inicialmente empregados. Quanto à ocupação anteriormente exercida, a faixa etária agrupada 18 a 30 anos, que concentrava cerca de metade da amostra, se dividia quase que ao meio entre os citados 'diversos/serviços gerais' e os 'nenhuma/não trabalhava', indicando tanto as barreiras do setor formal como a má qualidade do vínculo e das condições antes exercidas. Houve quem verbalizou a contradição e os limites, quando e se existem, entre a pequena empresa do setor formal e o comércio informal, dadas dificuldades – impostos, fiscalização, burocracia. Houve quem disse não saber se "optou ou foi optado" para vir para a rua, neste caso, literalmente, pois "foi só parar de subir as escadas... é menos trabalho prá mim e pros clientes", diz, referindo-se ao fato de ter a barraca defronte à sua antiga loja.

Em relação ao início na atividade ou motivo principal da mudança, lembremos que geralmente há mais de um motivo ou combinação deles, não apenas porque a definição de desemprego não é consenso nem entre os especialistas, muito menos a entrada ou assunção da atividade o é. Se a pessoa, segundo seus critérios, declarou ter procurado emprego, verbo no pretérito, não conseguiu e veio para a rua, assinalamos desemprego, o que foi relatado em 61% dos casos. Porém, se a pessoa referia ainda procurar colocação na área ou ocupação anterior, então marcamos oportunidade, ou seja, ela não é ou não se sente ambulante, ela estava ambulante no momento, indicando a condição como a melhor ou única possível à mão. Associada à chance factível da iniciação, contando com algum facilitador, amigo ou parente, isto ocorreu em mais ou menos 7% dos casos. Um outro caminho é daqueles que, apesar de trabalharem – balconistas, ajudantes, serviços gerais –, se descobriram ambulantes, inclusive com maiores rendimentos, mais ou menos 13%.

Como o tema do desemprego era dos mais recorrentes, o item funcionou como questão controladora no

decorrer do campo, pois os indícios são de processos de passagem gradativos, onde se misturam a falta de perspectiva, a baixa qualidade do emprego ou ocupação disponível no mercado formal, aliados às dificuldades de entrada, manutenção ou reinserção. Há ainda outros fatores menos tangíveis, como revendas domésticas, intermediário em viagem, ajuda nas horas vagas. Em boa parte dos casos é quase impossível marcar a passagem para o informal; às vezes parece uma mudança lenta, de grau para gênero, maturada num certo lapso de tempo; noutros casos parece repentina dada a oportunidade de um lado, e a falta dela, de outro. Por isso ganha sentido quando se aponta uma melhor perspectiva, 4%, como motivo básico da estada nas calçadas. Houve quem saiu do emprego registrado para ser ambulante, com um detalhe: ganhando menos. Um destes casos afirmou que: “ganho menos, mas no prédio eu não ia sair daquilo (...) eu vim porque eu acho que posso conseguir melhoria, estou conhecendo o pessoal dos escritórios e posso trazer mercadoria para eles, (...) no prédio não tinha fim de semana, não tinha nada; aqui tenho meu tempo e vou me dar melhor, com toda certeza”. Aliás, a dificuldade em determinar esse percurso não é um problema teórico-conceitual, mas sim um curto-circuito no processo de subjetivação desses sujeitos, na compreensão e na maneira de atribuírem sentidos e significados às coisas e à própria vida.

Algumas considerações

Comparando o que vimos até agora, segundo publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve uma alta da informalidade no trabalho nas metrópoles, de 38,3% para 44,9% para o período de 1992 a 2004. O estudo destaca também que a diferença de renda entre formais e informais diminuiu no período: caiu de 198% para 122% entre 1992 e 2004, o que confirma o dado de campo (IPEA, 2001, p.307-353).

Outro estudo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a taxa geral do desemprego no país subiu de 6,1% para 9,3% no período 1995 a 2005. Porém, para os jovens entre 18 e 24, a coisa foi bem pior, chegando a 17,8% em 2005. Já em relação aos ganhos, vemos que em relação ao rendimento médio mensal do trabalho principal dos empregados de 10 anos ou mais de idade, enquanto os trabalhadores com carteira de trabalho assinada tiveram um aumento de ganhos na ordem de 24,9% entre 1992 a 1997, os chamados outros empregados sem carteira viram aumentar em 62,4%. Esses dados dispensam comentários (IBGE, 2005).

Mas se o impacto do que foi dito é óbvio em relação à informalidade, assim como desta na previdência social ou na arrecadação de tributos, por exemplo, cabe salientar que ‘informalidade’ pode ir além disso, gerando variadas aproximações e análises: desde o ponto de vista fiscal, isto é, da existência da emissão de recibos e comprovantes; da existência de vínculo empregatício, do tipo patrão/

empregado; da existência de contribuição com o sistema previdenciário ou algum tipo de seguro; da licitude do que se faz/vende/serve; de algum tipo de regulação por parte do Estado, até a confusão e fluidez entre eles, legitimando e corroborando práticas decisivas da nossa vida política, cultural, psíquica, nosso imaginário. Exemplo: um estudo do IBGE sobre a Economia Informal Urbana, de 2003, aponta a existência de 10,525 milhões de pequenas empresas no país, ou seja, que possuem até cinco pessoas, sendo 98% delas informais.

Interessa ressaltar aqui é que, na definição do IBGE, mesmo que a empresa possua Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que define empresa informal é a inexistência de um sistema de contabilidade e a não-separação clara das contas da própria família. Ora, se 88% destes são trabalhadores por conta própria e 35% destes dez milhões e meio de brasileiros, apenas no ambiente urbano, operam desde dentro de casa, temos uma rede ampla e pessoal, ao mesmo tempo, com implicações e alcances múltiplos: insumos de um lado, vendas de outro, um fenômeno que ultrapassa em muito o campo do econômico ou do urbano (IBGE, 2003).

Muitas vezes, a situação de trabalho aparece relacionada a um outro fenômeno, a ‘precarização’, mas nem sempre essa associação é razoável ou mesmo plausível, dado que a informalidade emerge de acordo com o tipo, natureza e estrutura do processo e das relações produtivas. Uma pista disso é deixada pelo estudo citado: em 2003, 73% das empresas do setor informal eram lucrativas, sendo que em 1997, 93% delas o eram. A tentativa, portanto, de encapsular o fenômeno da informalidade continua permitindo outras possibilidades: neste caso o trabalho seria precário ou ‘precarizado’, por assim dizer. Não se sabe – e isso foi uma das coisas mais marcantes da pesquisa de campo – se a fala refere “em” ou “com” o trabalhador ou o patrão, pois os mesmos traziam isto todo o tempo: ora um, ora outro, ora ambos, ora nenhum, trabalhador/patrão, em absoluto.

A esse respeito cabe ressaltar a perversidade do caso brasileiro, pois o aumento de postos de trabalho no setor formal, por si só, não quer dizer muita coisa, o que havíamos observado em campo. Segundo o IPEA (2001, p.8):

Desde o início da década de 90 o desempenho do mercado de trabalho brasileiro reflete uma inconsistência entre as regras trabalhistas da Constituição de 1988, de um lado, e a abertura da economia, a estabilização monetária, o aumento da carga tributária de outro lado. Dois dos efeitos desta inconsistência são traduzidos pelo aumento do desemprego e pela informalidade.

O estudo atribui o crescimento da informalidade nas áreas metropolitanas à elevação dos custos da mão-de-obra, a partir da Constituição de 1988, e ao aumento da carga tributária das pequenas empresas, ou seja, se o mundo do trabalho é a marca distintiva, não há saída fácil nem simples se o debate não é pautado como questão central, tanto de cidadania individual como de

projeto de nação. Fora disso assume caráter individual, não cabendo, inclusive, a idéia de 'exclusão', dado que o que parece residual é fundamental ao próprio funcionamento do mercado, à criação de novos mercados e nichos (Idem). A informalidade vira marca de vida: relações, identidade, expectativas, aspirações, o que não quer dizer que se possa fazer juízo de valor disso, óbvio, até porque isto é decisivo como galvanização societária. Informalidade pode assumir desde o ilegal ou o ilícito até características mais prosaicas, ou quase: bloqueio ou constrangimento moral ou psicológico na ocupação, benefícios em concessões públicas como energia elétrica e transporte, nome 'sujo' na praça, documentos 'emprestados'... e estas aspas podem sumir quando o documento é somente despersonalizado, mesmo, uma espécie de "pool": um possui um Termo de Permissão de Uso; outro é dono do ponto e subloca; outro é intermediário da mercadoria; um tem carteira de habilitação, outro de uma associação qualquer, um sétimo, conta em banco, e assim vai.

A compreensão adscrita à organização, ao seu formalismo puro e simples, aspecto do qual se ocuparam o melhor do pensamento social brasileiro, não explica e muito menos garante muita coisa, ainda além de mascararem muitas outras. Com regras próprias, a informalidade emerge como síntese na paisagem urbana, um pé no tradicionalismo, outro na metrópole, trituradora, mas também geradora, como lugar – e não-lugar – de produção, circulação e concentração de bens, idéias, pessoas, pobreza, riquezas. É claro que aos de cima, chama-se 'empreendedores', com todas as oportunidades, enquanto os de baixo 'se viram'. Mas se crise, riscos e oportunidades andam juntos, juventude, de resto vulnerável por definição, dada à onipotência e às transformações decisivas, assim como acontece com trabalho, não se presta a mecanicismos de qualquer tipo, uma vez que traduzem a própria vida. Quanto aos nossos sujeitos, o mesmo ocorre em relação aos processos de subjetivação, vinculação e resiliências: são histórias tão individuais porque coletivas, e tão coletivas porque nunca antes tão singulares e de ambulantes.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, M. **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
CENTRAL DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Portal, seção "Legislação"**. Disponível em: <<http://www.ciranda.org.br/2004/glossario.php>> Acesso em 01/12/2006.
IBANHES, L. C. **O setor informal urbano:** a organização e as condições de saúde de um grupo de vendedores ambulantes. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais- 2005.** População de 10 anos ou mais de idade: taxas e desocupação. Disponível em: <[lacao/condicao/indicadoresminimos/sinteseindicso-
ciais2005/default.shtm> Acesso em 15/12/2006.](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/popu-</p></div><div data-bbox=)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana 2003.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>> Acesso em 14/12/2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil:** o Estado de uma Nação. O desempenho recente do mercado de trabalho. Cap.5, p.307-353. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?#CD_CHAVE=161>. Acesso em: 02/12/2006.

MORIN, E. **O paradigma perdido.** Mem Martins: Publicações Europa-América. 6ª ed. 2000

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 02/12/2006.

SLAP, G.B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. **Adolesc. Latinoam.**, Vol.2, nº 3, p.173-176, abr. 2001. Disponível em: <http://raladolec.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 10/12/2006.

